

Revista

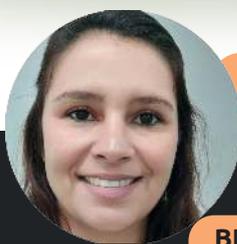
1ª EVOLUÇÃO

Ano III - nº 31 - Agosto/2022

ISSN 2675-2573



CULTURAS E SALA DE AULA



DIVERSIDADE NO CHÃO DA ESCOLA
Leila da Silva Siqueira

DESTAQUES

BRINCADEIRAS DIRIGIDAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Gabriela Bianchi Miranda



Platform & workflow by OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

Revista **EVOLUÇÃO**

Ano III - nº 31 - Agosto de 2022

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Alexandre Passos Bitencourt

Andreia Fernandes de Souza

Denise Mak

Isac dos Santos Pereira

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunista: Isac dos Santos Pereira

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

- Aline Pereira Matias
- Carla de Fátima Goes e Oliveira
- Gabriela Bianchi Miranda
- Geni Santana Cardoso
- Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro
- Jonatas Hericos Isidro de Lima
- Leila da Silva Siqueira
- Luiza de Caires Atallah
- Maria do Carmo Miguel Dumba e Fineza Nsona Bunga Kipemba
- Neide Benedita de Moraes
- Rosinalva de Souza Lemes
- Tatiane Pavão Ongaro Borges
- Vidal António Machado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano III, n. 31 (ago. 2022). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2022.

84 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

ISSN 2675-2573 (on-line)

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.31>



São Paulo
2022

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Comissão editorial:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima

Andreia Fernandes de Souza

Denise Mak

Isac dos Santos Pereira

Patrícia Tanganelli Lara

Thaís Thomas Bovo

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeilson Batista Lins

Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt

Profa. Esp. Ana Paula de Lima

Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza

Profa. Dra. Denise Mak

Prof. Me. Isac dos Santos Pereira

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara

Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Profa. Ma. Veneranda Rocha de Carvalho

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Mestranda Cleia Teixeira da Silva

Prof. Doutorando Isac dos Santos Pereira

Prof. Mestrando José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 98031-7887

Whatsapp: 55(11) 99543-5703

primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)

netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)

https://primeiraevolucao.com.br

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>

<https://pixabay.com>

<https://www.pngwing.com>

<https://br.freepik.com>

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista **PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial criado pela Edições Livro Alternativo para auxiliar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

O corpo editorial da revista é formado por professores, especialistas, mestres e doutores que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

É totalmente financiada por professoras e professores, e distribuída gratuitamente.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores e autores independentes.

PRINCÍPIOS:

O trabalho voltado (principalmente) para a educação, cultura e produções independentes;

O uso exclusivo de softwares livres na produção dos livros, revistas, divulgação, palestras, apresentações etc desenvolvidas pelo grupo;

A ênfase na produção de obras coletivas de profissionais da educação;

Publicar e divulgar livros de professores(as) e autores(as) independentes e/ou produções marginais;

O respeito à liberdade e autonomia dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à diversidade.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**



Filiada à:



Platform & workflow by OJS / PKP



Google Acadêmico

CiteFactor

www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

SUMÁRIO

05 APRESENTAÇÃO

Profa. Dra. Denise Mak

COLUNA

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira



ARTIGOS

1. ARTE-EDUCAÇÃO E AS DIFERENTES CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO	9
Aline Pereira Matias	
2. A INCLUSÃO E INCENTIVO DA AUTONOMIA E AUTOESTIMA EM ESTUDANTES COM TEA	13
Carla de Fátima Goes e Oliveira	
★ 3. BRINCADEIRAS DIRIGIDAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	19
Gabriela Bianchi Miranda	
4. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	25
Geni Santana Cardoso	
5. PROLIBRAS E A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DO TRADUTOR/INTÉRPRETE	29
Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro	
6. MOVIMENTO CORPORAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: QUESTÕES E PRÁTICAS	35
Jonatas Hericos Isidro de Lima	
★ 7. DIVERSIDADE NO CHÃO DA ESCOLA	41
Leila da Silva Siqueira	
8. ARTES VISUAIS E O RECURSO DA MUSICALIZAÇÃO PARA PROFESSORES	47
Luiza de Caires Atallah	
9. O COPING NOS ESTUDANTES DO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO-LUANDA-ANGOLA	53
Maria do Carmo Miguel Dumba e Fineza Nsona Bunga Kipemba	
10. MÉTODO MONTESSORI: A CRIANÇA COMO PROTAGONISTA DO SEU APRENDIZADO	57
Neide Benedita de Moraes	
11. O ENSINO DA ARTE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA AS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	63
Rosinalva de Souza Lemes	
12. NEUROCIÊNCIA, PSICOMOTRICIDADE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS	69
Tatiane Pavão Ongaro Borges	
13. REFLEXÃO TEÓRICO - PSICOSSOCIOLÓGICA SOBRE OPINIÃO PÚBLICA, MEIOS DE COMUNICAÇÃO MASSA E IDEOLOGIA	77
Vidal António Machado	

PROLIBRAS E A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DO TRADUTOR/INTÉRPRETE

JÉSSICA MIDORI NINOMIYA RIBEIRO

RESUMO

O presente artigo aborda sobre o trabalho importante que os tradutores e intérpretes de Libras têm perante a comunidade surda, porém as dificuldades que se deparam no decorrer de suas formações e atuações nessa profissão, como por exemplo, os diferentes sinais utilizados em cada região brasileira que nem sempre são reconhecidos pelos intérpretes e tradutores, que resulta em grande parte no impedimento da acessibilidade de comunicação para as pessoas surdas, comprometendo o desenvolvimento dos estudantes principalmente em avaliações externas com acessibilidade em Libras.

Palavra-chave: Acessibilidade. Desafios. Especialização. Formação. Inclusão.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em comunicação e idioma, no Brasil há duas línguas oficiais: a Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais. Além da necessidade de se reconhecer e valorizar, é preciso manter a acessibilidade linguística para todos os cidadãos, sejam eles ouvintes ou surdos.

No caso do Prolibras, em diferentes pesquisas, as avaliações externas têm externalizado as dificuldades em responder às perguntas referentes ao conteúdo. A avaliação traz a acessibilidade em Libras, porém, mesmo os intérpretes com acesso à escrita e ao português, ao assistirem os vídeos disponibilizados em Libras, não reconheciam determinados sinais.

Diante dessa problemática e trazendo inúmeras angústias sobre a regionalidade dos sinais, o ensino de Libras para estudantes surdos, deve ser revisto. Diferentes autores trazem a problemática referente à contextualização do ensino da Libras e das suas contribuições para desenvolver estudantes surdos.

Os resultados indicam que no Brasil, cada lugar tem ensinado sinais diferentes, comprometendo o desenvolvimento dos estudantes principalmente em avaliações externas com acessibilidade em Libras. Assim, é preciso também avaliar a ética profissional do intérprete.

Os documentos orientadores trazem ainda a possibilidade de se ter um intérprete para auxiliar o professor que não poderá utilizar duas línguas distintas para interagir com estudantes surdos e ouvintes ao mesmo tempo.

Por isso, diante da necessidade de interpretação a ponto de ficar claro a todos os envolvidos a complexidade e o entendimento da língua, exige-se do profissional intérprete a preocupação não só com o ensino da língua, mas, também com a aquisição do conhecimento, a fim de que haja uma inclusão nacional e não uma exclusão, além do bom desempenho em avaliações externas, cumprindo com a sua verdadeira função.

TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS QUE ENFRENTAM BARREIRAS EM SUAS FORMAÇÕES E NAS SUAS FUNÇÕES

No caso dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS), o Ministério de Educação e Cultura (MEC) e a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), trabalham em conjunto a fim de desenvolver cursos em Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais a fim de integrar as duas línguas, nivelando seu ensino e possibilitando igualdade de comunicação entre os envolvidos.

Historicamente, os intérpretes que atuavam nas escolas vinham de um contexto religioso; das famílias de surdos que sabiam a Libras ou os que tinham fluência considerável sobre a língua. Essa situação acabou resultando em algumas consequências na atuação profissional, uma vez que tanto a família quanto a igreja tinham uma visão assistencialista em relação à pessoa surda (AMPRESSAM *et al.*, 2013).

Assim, a atuação dos profissionais Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (TILS) trouxe questionamentos a respeito do seu papel enquanto profissional e a formação necessária para atuar nessa profissão.

Quadros (2007), discute que o intérprete deveria dominar as duas línguas de seu país, no caso do Brasil, a Língua Portuguesa (norma culta) e a Língua Brasileira de Sinais. Contudo, é necessário conhecer a língua não só de forma isolada, mas saber utilizá-la no cotidiano para que o aluno aprenda os conteúdos das disciplinas em igualdade de condições.

Infelizmente, no Brasil, a formação do tradutor intérprete ocorre de forma generalizada, não trazendo as especificidades necessárias daquilo que realmente se necessita em sala de aula:

A formação deve contribuir para que os alunos (futuros tradutores e intérpretes) percebam e analisem um texto para além das palavras, apreendendo seus sentidos. Obviamente os modos de realizar essa tarefa são diferentes para tradutores e intérpretes já que envolvem modalidades diferentes de línguas. Após a compreensão ampla da mensagem (percepção dos sentidos), é necessário que o aluno seja capaz de reproduzir a mensagem. Com o foco na manutenção dos sentidos originais, ainda na língua de origem, ele deve ser levado a depreender sentidos. Só então é que deve ser incentivado a reexpressar a mensagem na língua alvo, deixando a correspondência entre palavras e buscando a correlação de sentidos entre as línguas. Esse processo é semelhante tanto para tradutores que atuam sobre textos escritos quanto para intérpretes que atuam sobre segmentos orais. A essa vivência prática de modos de versar de uma língua para outra, se deve somar a formação teórica sobre as línguas, sobre aspectos linguísticos e culturais entre outros (2003 apud LACERDA, 2009, p. 20).

Ou seja, as questões relacionadas a esse tipo de formação profissional foram mencionadas apenas nas últimas décadas pela legislação de acordo com o Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005).

A profissionalização era até então: “até o Decreto nº 5.626, não se falava em formação específica para esse profissional em instituições de ensino, e essa tarefa estava reservada às associações de surdos” (LACERDA, 2009, p. 30). A partir desta legislação em específico que o trabalho desse profissional passou a ser reconhecido como esse status:

O Artigo 17 afirma que essa formação do tradutor e intérprete de LIBRAS – língua portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de tradução e interpretação, com habilitação em LIBRAS – língua portuguesa. Esse artigo indica o reconhecimento da profissão em igualdade com os tradutores e intérpretes de outras línguas e o reconhecimento da importância dessa formação ser realizada por meio de curso superior, até então pouco frequente na área. (LACERDA, 2009, p. 24).

Foram criados cursos profissionalizantes, a partir desse contexto, de extensão e formação continuada promovidas por diferentes Faculdades e Universidades credenciadas pelas Secretarias de Educação (BRASIL, 2005).

Estes cursos deveriam funcionar para aperfeiçoar a língua, reconhecer a cultura e os aspectos relacionados à língua, assim como as particularidades da interpretação no ambiente escolar, já que são diferentes quando trabalhadas nos mais variados contextos (LACERDA, 2009).

No caso do Prolibras, uma iniciativa voltada para formar e profissionalizar o tradutor e intérprete, através do Decreto nº 5.626/2005, o Artigo 20 traz a primeira avaliação que não era escrita. Sua avaliação questionava os conhecimentos relacionados à sinalização na língua de sinais brasileira, isso porque somente a Língua Portuguesa aparecia nesse tipo de avaliação.

Com esse programa, foi possível certificar tradutores e intérpretes nos níveis médio e superior. Ainda, as Secretarias de Educação passaram a exigir licenciatura para se trabalhar como tradutor intérprete:

Desta forma, as Secretarias de Educação consideram estar desenvolvendo diretrizes adequadas ao exigir a formação pedagógica (nível superior), visto que este profissional vai compor o quadro de funcionários das Secretarias de Educação e que em suas normas exigem esta formação para os profissionais que atuarão diretamente com alunos em sala de aula (ALBRES, 2015, p. 46).

Assim, a licenciatura tem sido exigida para atuar como educador já que: “consideramos o intérprete como novo agente a se enquadrar nesse grupo, visto que atua diretamente como o alunado” (ALBRES, 2015, p. 28).

A formação nesse caso é essencial para promover o desenvolvimento do estudante surdo, pois, muitas vezes este está em processo de aquisição da língua de sinais, sendo o intérprete sua fonte de aprendizado.

Neste contexto, pode-se falar também sobre a regionalidade dos sinais onde muitos sinais básicos são usados de forma distinta dependendo da região e da comunidade surda.

A Constituição brasileira trouxe no Artigo 208 que o: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394/96, procurou garantir no Artigo 58 a educação especial como sendo: “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência”.

A regionalidade tem um peso extremamente relevante em relação ao tema. Quando se aprende um sinal na comunidade a qual o indivíduo pertence e se descobre que existe outro sinal, muitas vezes o que ocorre é a afirmativa de que o sinal está errado.

A partir desse fato, uma preocupação surge acompanhada de alguns questionamentos com relação a aprendizagem correta da Libras; até que ponto é possível se comunicar com alguém que não seja daquela mesma região; a Libras que se conhece bem como os sinais utilizados tem qual raio de difusão em matéria de espaço, bairro, região e comunidade (AMPESAM *et al.*, 2013).

Ou seja, esses questionamentos, voltados para um adulto que está aprendendo o idioma em um determinado local pode ser algo muito mais que angustiante. Isso se torna um agravante, diante da falta de vocabulário e de saberem sinais diferentes.

Do mesmo modo pode ocorrer com a capacitação do profissional que dependendo do seu lugar de formação, ele se desenvolve, aprende o idioma, porém, bem diferente dos demais lugares.

Deve-se lembrar que quando uma pessoa pretende aprender um novo idioma seja o português, o inglês, o espanhol, entre outras, essas línguas apresentam uma estrutura fixa, com forma culta, padrão que precisa ser ensinado em todas as escolas.

A metodologia pode ser alterada bem como as estratégias e a didática, mas, o conteúdo sempre permanecerá o mesmo, não impedindo que a variação regional aconteça, mas, para que a pessoa que domina a língua tenha muito mais facilidade de produzir e criar (FELIPE, 2003).

Dessas variações a grande maioria são ensinadas no processo de aquisição da língua, ocorrendo os dois processos simultaneamente. Porém, o cenário como já discutido é o de que cada região ensina sinais diferentes, não garantindo o entendimento dos estudantes no Brasil todo, diante de avaliações externas com acessibilidade em Libras por conta da regionalidade.

E quando a avaliação possui um impacto maior na vida das pessoas, como é o caso do Enem? O próprio Prolibras possui surdos fluentes que sabem a língua desde a infância, ministrando aulas, mas, que ao realizar a prova se deparam com uma diversidade de sinais básicos, muitas vezes desconhecidos.

Quanto a ética dos profissionais intérpretes de Libras, pode-se destacar dentro do documento, o Capítulo I – Princípios fundamentais, em seu Artigo 4 que trata do reconhecimento pelo intérprete de saber seu próprio nível de competência, a fim de ser prudente em aceitar tarefas, procurando a assistência de outros intérpretes e profissionais, quando houver necessidade, como por exemplo, em palestras técnicas (QUADROS, 2009).

O Capítulo III, que discute a responsabilidade profissional, trazendo em seu Artigo 9 que intérprete deve considerar os diferentes níveis da Língua Brasileira de Sinais bem como os da Língua Portuguesa; o Artigo 11 em que deve-se manter a dignidade, o respeito e a pureza das línguas envolvidas, além de estar pronto para aprender e aceitar novos sinais, caso seja necessário durante o atendimento; e o Artigo 12, onde o intérprete deve se esforçar para reconhecer os vários tipos de assistência ao surdo, fazendo o melhor para atender às suas especificidades.

Por fim, o Capítulo IV, traz no Artigo 13 a necessidade de se juntar com outros colegas da profissão com o propósito de dividir novos conhecimentos de vida e desenvolver suas capacidades expressivas e receptivas em interpretação e tradução; e o Parágrafo único que deixa claro que deve-se esclarecer ao público o que diz respeito ao surdo, reconhecendo que muitos equívocos têm ocorrido devido à falta de conhecimento do público sobre a área da surdez e da comunicação com o surdo (QUADROS, 2009).

Ou seja, as questões pertinentes ao Código de Ética da profissão exigem um posicionamento ético por parte do intérprete. A ideia é conseguir equidade a todas as pessoas da comunidade surda, a fim de que independente da região, elas consigam se comunicar de forma plena, incluindo um bom desempenho nas avaliações externas. Isso é de fundamental importância na preocupação do profissional, já que sem isso, este estaria infringindo esse Código.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados da pesquisa, para quem inicia o aprendizado rapidamente acaba se decepcionando, em um primeiro momento já que a língua de sinais não é igual no mundo todo. Após a constatação desse fato, vem a segunda descoberta, que mesmo a nível nacional, a Libras não é a mesma, pois, existe uma regionalidade de sinais, acreditando que isso ocorrerá para todos aqueles que estão estudando Libras, em um dado momento.

Angústias e questionamentos aparecem, principalmente quando confrontados com experiências e situações muitas vezes cotidianas ou até mesmo em ambientes de estudo como palestras, encontros, rodas de conversa, entre outras situações.

Essa falta de comunicação impede um real desenvolvimento da língua e a possibilidade de fortalecimento da mesma. Quando a língua é passada da mesma maneira em vários lugares, o entendimento é favorecido independentemente do grau de aprendizado e fluência do falante.

E quando a avaliação tem um peso maior, como no caso do Enem? Assim como no Prolibras onde surdos de outros estados brasileiros considerados fluentes em Libras, muitos trabalhando como professores do curso de Libras, não reconheciam muitos dos sinais encontrados no exame.

Assim, é preciso refletir sobre o ensino da Libras, respeitando a língua, a diversidade e regionalidade a fim de que o estudante se aproprie dela. Essa apropriação deve ser realizada na escola de forma igualitária por todas as instituições de ensino, para dar aos aprendizes dessa língua a ferramenta necessária para se comunicar com todos os falantes da mesma, independente da região em que se encontram.

Ainda, o trabalho do intérprete deve ser repensado já que sua atuação atualmente tem gerado questionamentos a respeito do seu papel enquanto profissional e qual seria a formação ideal para atuar nessa profissão.

Assim, os cursos em nível de graduação, pós-graduação, ou extensão não têm trazido o aperfeiçoamento da língua, o conhecimento da cultura e os aspectos que a envolvem, assim, como as peculiaridades da interpretação no ambiente escolar, já que são diferentes quando trabalhadas em diferentes contextos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBRES. N.A. **Intérprete Educacional: políticas e práticas em sala de aula inclusiva**. São Paulo: Harmonia, 2015.
- AMPESSAM, J.P.; GUIMARÃES, J.S.P.; LUCHI, M. **Intérpretes educacionais de LIBRAS: orientações para a prática profissional**. Florianópolis: DIOESC, 2013.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 15 abr. 2022.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB. 9394/1996.

FELIPE, T.A. A função do intérprete na escola e na escolarização do surdo. In: **Congresso Surdez e Escolaridade: Desafios e Reflexões** – Seminário Nacional do Ines, 8; Congresso Internacional do Ines, 2, 2003, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Ines. p.87-98. 2003.

LACERDA, C.B.F. **Intérprete de LIBRAS: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.

QUADROS, R.M. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e língua portuguesa**. 2.ed. Brasília: MEC; SEESP, 2007.

QUADROS, R.M. *et al.* **Exame ProLibras**. Florianópolis, 2009. 85 p. : il.



Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro

Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Sumaré, SP. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.

EVOLUÇÃO

DESTAQUES

DEBATE AS DISCUSSÕES ÉTNICO-RACIAIS

DEBATE A ESCOLA DO ADULTO AMERÍNDIO

www.primeiraevo

Revista EVOLUÇÃO

Ano III - nº 31 - Agosto/2022

ISSN 2675-2573



CULTURAS E SALA DE AULA



DIVERSIDADE NO CHÃO DA ESCOLA
Leila da Silva Siqueira



DESTAQUES

BRINCADEIRAS DIRIGIDAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Gabriela Bianchi Miranda



www.primeiraevolucao.com.br

ORGANIZAÇÃO:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Aline Pereira Matias

Carla de Fátima Goes e Oliveira

Gabriela Bianchi Miranda

Geni Santana Cardoso

Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro

Jonatas Hericos Isidro de Lima

Leila da Silva Siqueira

Luiza de Caires Atallah

Maria do Carmo Miguel Dumba e

Fineza Nsona Bunga Kipemba

Neide Benedita de Moraes

Rosinalva de Souza Lemes

Tatiane Pavão Ongaro Borges

Vidal António Machado

ISSN 2675-2573



9 772675 257003



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.31>

Produzida com utilização de softwares livres



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

